



DOSSIÊ CUSTO ALUNO - RMBH

Instituto Equale
Belo Horizonte, 27 de novembro de 2017

1) Introdução

O custo-aluno é o cálculo dos gastos de uma instituição ou órgão com a educação, dividido pelo número de estudantes beneficiados por aquela instituição ou órgão. Quando calculamos o gasto de uma Secretaria de Educação dividido pelo número de estudantes da rede pública, conseguimos saber aproximadamente quanto custa mensalmente manter cada estudante na escola.

O custo-aluno, sozinho, não é de grande utilidade, se não para comparar os gastos da educação pública com a particular, ou para comparar os gastos de cada município e cada segmento da educação. Apesar disso, quando analisamos o custo aluno junto com os resultados dos estudantes nas avaliações que medem a qualidade da educação em um município, podemos avaliar a qualidade das políticas públicas que vêm sendo adotadas e a eficiência dos gastos.

Exemplo: se um município tem altos gastos com cada estudante, mas não tem bons resultados nas avaliações nacionais, podemos supor que os investimentos não têm sido feitos das maneiras mais eficientes. Por outro lado, um investimento baixo com bons resultados, pode indicar políticas públicas eficientes.

Apresentamos abaixo um estudo do custo aluno comparativo das cidades de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Rio de Janeiro, Sabará, Santa Luzia e São Paulo.

2) Metodologia utilizada

O cálculo do custo de cada estudante depende da análise de dados disponibilizados por órgãos públicos. Para chegar aos resultados que apresentamos neste estudo, utilizamos uma série de plataformas para cada informação.



Orçamentos: para calcular os gastos de cada prefeitura precisamos nos adequar aos dados que cada órgão disponibilizou. No caso de Belo Horizonte, Betim, Ribeirão das Neves, São Paulo e Rio de Janeiro, utilizamos dados da Lei Orçamentária Anual de cada município. Para os demais municípios, utilizamos o Portal da Transparência de cada um, analisando a Execução Orçamentária, tomando em conta o valor total empenhado em cada ano. Quando as prefeituras disponibilizaram esses valores, fizemos a divisão do orçamento por segmento, utilizando como referência as categorias e códigos descritos nos documentos originais para discriminar o valor gasto em cada categoria.

Número de estudantes da rede pública: uma vez levantado o valor gasto pela Secretaria de Educação de cada município, realizamos a divisão desses custos pelo total de estudantes. Quando as prefeituras disponibilizaram dados específicos sobre cada segmento, fizemos também a divisão do valor empenhado pelo número de matrículas na rede municipal em cada segmento específico. Para levantar o número de alunos, utilizamos os dados do Censo Escolar, disponibilizados no portal do INEP.

Resultados no IDEB: uma vez calculado o gasto da Secretaria com cada estudante no município, utilizamos o resultado do município no IDEB para fins de comparação de qualidade no Ensino Fundamental. Esses dados foram colhidos do portal do Observatório do PNE. Utilizamos a média do resultado no IDEB nos anos iniciais (medido no 5º ano do Ensino Fundamental) e nos anos finais (medido no 9º ano do Ensino Fundamental).

Resultados de alfabetização: não existe um indicador específico para avaliar a qualidade do Ensino Infantil. Considerando, no entanto, que o processo de alfabetização começa no Ensino Infantil, utilizamos a taxa de alfabetização como medidor de qualidade para o segmento. O portal do Observatório do PNE foi utilizado para se chegar aos percentuais de estudantes com resultados satisfatórios nas avaliações de escrita, leitura e habilidades matemáticas no 3º ano do Ensino Fundamental, avaliados na ANA. Tiramos a média desse percentual para fazer a análise.

Custo escola: considerando que os municípios estudados possuem números muito diferentes de estudantes matriculados por segmento, consideramos por bem avaliar o



número de escolas que cada município mantém, o número de estudantes por escola e o custo de cada escola para o município. Para isso, utilizamos a contagem de escolas publicada pelo portal Qedu Redes, que utiliza dados do Censo Escolar/INEP.

3) Dados levantados:

Custo aluno total:

Cálculo do valor empenhado por prefeitura, dividido pelo número total de estudantes matriculados em cada ano, entre 2014 e 2017, dividido pelos 12 meses do ano. A prefeitura de Ribeirão das Neves não disponibilizou a LOA de 2014 ou 2015, impedindo o cálculo para estes anos. Valor em reais por mês por estudante matriculado.

Consolidado Custo Total	MÉDIA (2014-2017)	2017	2016	2015	2014
Nova Lima	1228,61	1076,31	1109,68	1303,79	1424,67
Betim	1223,55	1102,35	1217,80	1256,70	1317,37
São Paulo	1049,46	930,84	1158,39	1117,67	990,94
Ribeirão das Neves	943,62	915,43	971,80	*	*
Belo Horizonte	844,99	861,34	868,93	849,48	800,22
Rio de Janeiro	781,32	853,64	858,73	827,53	585,40
Contagem	520,43	522,29	552,68	497,08	509,67
Santa Luzia	428,63	498,33	446,89	383,74	385,56
Sabará	411,55	454,69	425,52	404,42	361,58

Custo aluno do Ensino Fundamental por IDEB:

Cálculo empenhado por prefeitura no Ensino Fundamental, dividido pelo número total de estudantes matriculado no segmento, dividido pelo IDEB médio dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental II, em 2015. Valores mais baixos indicam baixo investimento com alto desempenho. Apesar disso, valores muito baixos quando acompanhados de um IDEB igualmente baixo, não são desejáveis. Ribeirão das Neves apresenta dados inconclusivos por não discriminar os gastos com cada segmento da educação.

Custo aluno Ensino Fundamental por IDEB (Rede Municipal)					
	Custo aluno por mês EF (média 2014-2017)	IDEB 2015 Anos Iniciais	IDEB 2015 Anos Finais	IDEB Médio (Anos iniciais + Anos Finais)/2	Custo aluno/IDEB(2015)
Nova Lima	1.879,73	6,40	4,30	5,35	351,35
Sabará	770,84	5,70	4,00	4,85	158,94
Belo Horizonte	858,45	6,10	4,80	5,45	157,51
Contagem	539,68	5,80	4,60	5,20	103,78
Betim	540,00	5,90	5,10	5,50	98,18
Santa Luzia	349,91	5,80	4,70	5,25	66,65
Ribeirão das Neves	*	5,40	4,10	4,75	*

Custo aluno por resultado na alfabetização:

Cálculo do valor empenhado na Educação Infantil dividido pelo número de matrículas no segmento. Ao lado, média dos estudantes com proficiência desejável nas habilidades de leitura, escrita e matemática no 3º ano do Ensino Fundamental, segundo Observatório do PNE, para a rede pública municipal de cada cidade. A combinação de uma baixo custo com uma alta proficiência média é desejável.

Consolidado Custo Ensino Infantil					
	Custo aluno por mês (média 2014-2017)	% proficiência leitura 3º ano	% proficiência escrita 3º ano	% proficiência matemática 3º ano	% proficiência média 3º ano
Belo Horizonte	1.081,44	90	79	62	77
Betim	982,68	87	76	58	67
Contagem	468,58	90	77	60	76
Sabará	303,85	92,6	87,4	59	59
Santa Luzia	229,62	88	80	59	76
Nova Lima	122,01	93	85	72	83

Alunos por escola:

Segundo a tese de que a quantidade de estudantes matriculados no município poderia influenciar o custo aluno, verificamos o número de estudantes matriculados por escola. Pelos dados colhidos, não há relação direta. Apesar disso, verifica-se que municípios com



maior número de estudantes por escola tendem a apresentar melhor IDEB, exceção feita para Nova Lima, com baixo número de estudantes por escola e IDEB alto.

Análise Aluno/Escola					
	Média	2016	2015	2014	IDEB Médio
Belo Horizonte	657,12	531,23	565,61	874,51	5,45
São Paulo	498,27	495,79	492,36	506,66	5,05
Santa Luzia	587,41	582,13	648,77	531,32	5,25
Betim	527,98	495,05	534,25	554,63	5,50
Contagem	481,64	471,94	483,86	489,11	5,20
Sabará	449,25	449,32	445,55	452,87	4,85
Rio de Janeiro	440,26	430,43	437,96	452,38	4,95
Ribeirão das Neves	417,92	432,65	415,36	405,74	4,75
Nova Lima	373,21	363,92	383,08	372,63	5,35

Custo escola

Cálculo do montante total empenhado na Educação dividido pelo número de instituições públicas de Educação Básica no município. Permite avaliar quanto se gasta para manter uma escola em cada município. De acordo com os dados levantados, o custo de cada escola não está associado ao custo aluno. Também não há relação entre o custo de cada escola e os índices de alfabetização ou resultado no IDEB.

Análise Custo/Escola				
Cidade	2016	2015	2014	Média
Betim	7.234.450,94	8.056.741,56	8.767.896,05	8.019.696,18
São Paulo	6.891.742,52	6.603.590,01	6.024.803,80	6.506.712,11
Nova Lima	4.845.966,67	5.993.500,00	6.370.416,67	5.736.627,78
Rio de Janeiro	4.435.501,93	4.349.051,33	3.177.897,76	3.987.483,67
Santa Luzia	3.121.766,54	2.987.511,20	2.458.297,15	2.855.858,30
Belo Horizonte	3.305.413,37	2.976.585,62	1.814.902,93	2.698.967,30
Sabará	2.294.323,98	2.162.288,89	1.964.969,56	2.140.527,47
Contagem	762.697,12	674.043,17	697.223,24	711.321,18
Ribeirão das Neves	606.404,87	*	*	606.404,87

Custo aluno EJA

Cálculo do valor empenhado em Educação de Jovens e Adultos dividido pelo número de matrículas do segmento, dado pelo Censo Escolar. Chama atenção a redução de investimentos e falta de transparência nos dados das prefeituras, que apresentam vagas de EJA, mas não indicam qualquer valor empenhado para estas turmas. Custo aluno de 2018, para Belo Horizonte, foi feito com base na proposta orçamentária para 2018, considerando a manutenção do número de matrículas de 2017 (13.600). Com asterisco, cidades que apresentam alunos de EJA matriculados, mas não apresentam orçamento para o segmento.

Custo/Aluno EJA					
Cidade	2018	2017	2016	2015	2014
Belo Horizonte	152,29	311,83	208,02	260,01	318,96
Contagem			11,83	13,26	26,68
Santa Luzia			*	*	*
Sabará			*	*	*
Nova Lima			*	*	37,97

Custo aluno Educação Especial

Cálculo do valor empenhado em Educação Especial, dividido pelo número de matrículas no segmento, dado pelo Censo Escolar. Vale destacar que esse é o valor específico para o estudante de Educação Especial, que pode usufruir de estruturas feitas também com o orçamento para Ensino Fundamental e Infantil, o que justifica os valores abaixo do custo aluno usual do segmento. Verifica-se que Belo Horizonte vai na contramão das demais cidades, reduzindo investimentos, chegando, em 2017, ao menor valor. Mantém-se a observação sobre a importância de melhorar a transparência dos dados nos municípios da região. Asteriscos indicam cidades que não especificam orçamento para Educação Especial, mas possuem estudantes matriculados.

Custo/Aluno Educação Especial				
Cidade	2017	2016	2015	2014
Nova Lima	*	*	*	*
Belo Horizonte	63,47	208,02	315,34	168,81
Contagem	364,50	362,60	277,28	184,33
Santa Luzia	*	*	*	15,14
Sabará	93,45	59,51	54,17	44,65

4) Conclusões

Belo Horizonte apresenta bons resultados na educação, se comparada aos municípios vizinhos, e seus dados de transparência permitem uma avaliação de profundidade adequada quanto à distribuição das verbas nos diversos segmentos.

Belo Horizonte se destaca pela política do Ensino Fundamental, se posicionando entre os municípios com melhor IDEB médio, a um custo médio, próximo ao custo aluno médio da rede particular de ensino.

Embora a alfabetização em Belo Horizonte seja bem avaliada, o custo por aluno é extremamente alto, comparado ao benefício em resultado. A cidade investe por aluno mais do que o dobro que Contagem e quatro vezes mais que Santa Luzia, com uma média apenas 0,01% maior do que esses municípios. Esses valores podem estar associados à política de expansão das UMEIS, cujos resultados ainda não podem ser medidos. Recomenda-se estudar formas de melhorar o custo-benefício nesse segmento.

Belo Horizonte adotou, recentemente, uma política de expansão do número de escolas. Isso promoveu uma redução na relação de estudantes por escola, que era antes uma das mais altas da região. Apesar disso, observa-se que, em média, municípios com uma relação alta de estudantes por escola tendem a apresentar maior IDEB.

O custo por escola de Belo Horizonte tem crescido, junto com o programa de construção de novas escolas. Apesar disso, se mantém em uma posição média de gasto por escola.



É necessário um movimento de valorização da Educação de Jovens e Adultos (EJA), contratando-se estudos para avaliar as taxas de analfabetismo entre jovens e adultos, além da promoção de maior transparência sobre gastos no segmento na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A capital é a única que dispõem de dados consistentes, mas esses dados indicam uma política de desinvestimento, indicando queda do orçamento pela metade para o próximo ano.

É necessário um movimento de valorização da Educação Especial, contratando-se estudos para avaliar a situação do segmento na Região Metropolitana de Belo Horizonte. É necessário criar ferramentas para melhor avaliar o sucesso das políticas de educação inclusiva e promover transparência quanto aos gastos de outras prefeituras. Belo Horizonte vem promovendo uma política de desinvestimento no setor que, hoje, figura com o menor número de recursos entre as cidades passíveis de avaliação neste estudo.

A cidade de Betim pode ser utilizada como referência para se estudar a eficiência de gastos no Ensino Fundamental e a cidade de Nova Lima para os gastos com Educação Infantil.

É recomendável a criação de indicadores para a avaliação da Educação Pública que permitam comparar o investimento por aluno de cada programa de governo, afim de avaliar com transparência a efetividade das políticas adotadas. Nesse quesito, destaca-se a precariedade das informações disponibilizadas pelo Portal da Transparência de Belo Horizonte, com informações que datam de 2009. É necessário pressionar pela atualização dos dados do portal, a ser reelaborado com clareza quanto à relação entre gasto e resultado, para os investimentos dos últimos anos.